



**XVII ENANPUR**

SÃO PAULO • 2017



# “O Turismo sobre o ponto de vista urbanístico”: A passagem de Alfred Agache em Petrópolis no início dos anos 1940<sup>1</sup>

*André Barcelos Damasceno Daibert<sup>2</sup>, Universidade Federal de Juiz de Fora, [abddaibert@yahoo.com.br](mailto:abddaibert@yahoo.com.br)*

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma compilação de parte da tese de doutorado intitulada “Planejamento Urbano e Turismo no Estado Novo (1937-1945): Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ)” defendida em setembro de 2016 junto ao Programa de Pós- Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação da Profa. Dra. Fania Fridman (DAIBERT, 2016).

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Turismo da UFJF; Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

## RESUMO

O presente artigo pretende elucidar a pouco estudada passagem do urbanista Alfred Agache pelo interior fluminense no início da década de 1940. Além disso, este trabalho espera compreender como os temas Turismo e Planejamento Urbano se aproximam nesse período. Para tal, foram examinados os discursos proferidos pelo urbanista francês sobre o tema, através das proposições que ele e sua equipe elaboraram para a urbanização da cidade de Petrópolis (RJ). Tal levantamento foi realizado através de pesquisa documental em fontes produzidas no período delimitado (1937-1945). Independentemente de ter existido ou não um "Plano Agache" ou um "Plano Coimbra Bueno" para Petrópolis é notório que um conjunto de ideias debatidas para a sua elaboração através de projetos, croquis e de conferências, tomou corpo e, pelo menos em parte, foram implementadas através dos anos. Percebi que este conjunto de propostas e concepções alinhadas com outras ações empreendidas no período, ressaltaram a atividade turística da cidade que se tornou vigorosa com o passar dos anos. Por fim, acredito que o impasse ocorrido entre Agache e o CREA pode ser a resposta sobre os imprecisos dados sobre a atuação do urbanista francês no Brasil a partir de então, pois aparentemente ele esteve proibido, pelo menos por algum período, de assinar projetos no país. É possível que tal evento tenha silenciado a verdadeira atuação do urbanista no Brasil nas décadas posteriores.

**Palavras Chave:** Planejamento Urbano. Turismo. Petrópolis. Estado Novo. Alfred Agache

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo dilucidar el pasaje poco estudiada del urbanista Alfred Agache para en el interior de Río de Janeiro a principios del 1940. Además, este estudio pretende comprender cómo el turismo y las cuestiones de planificación urbana se acercan a este período. Con este fin, los discursos del urbanista francés fueron examinados en el tema a través de las proposiciones que él y su equipo preparado para la urbanización de la ciudad de Petrópolis (RJ). Esta encuesta se realizó a través de la investigación documental en fuentes producidas en el período delimitado (1937-1945). Independentemente de si existía o no un "Plan Agache" o "Plan Coimbra Bueno" de Petrópolis es bien sabido que un conjunto de ideas discutidas para su desarrollo a través de proyectos, bocetos y conferencias, tomó forma y, al menos en parte, se han implementado en los últimos años, me di cuenta de que este conjunto de propuestas y conceptos alineados con otras acciones adoptadas en el período, destacó el turismo de la ciudad que se convirtió vigorosa en los últimos años. Por último, creo que se ha producido el impasse entre Agache y CREA puede ser la respuesta en los datos inexactos sobre el rendimiento del urbanista francés en Brasil a partir de ese momento, porque al parecer estaba prohibido, al menos por un tiempo, la firma de proyectos país. Es posible que tal evento ha silenciado el verdadero rendimiento del urbanista en Brasil en décadas posteriores.

**Palabras Clave:** Planificación urbana. Turismo. Petrópolis. Estado Novo. Alfred Agache

## INTRODUÇÃO

Ifred Hubert Donat Agache<sup>3</sup> fora autor, consultor ou colaborador de vários planos e projetos de urbanização em diferentes países. Na França, ele foi responsável por planos em cidades como Paris, Dunquerque, Tours, Dieppe, Orleans e Reims. Em outros países elaborou planos para Camberra (Austrália), Guayaquil (Equador), Lisboa (Portugal), Casablanca (Marrocos), Istambul e Ancara (Turquia). Ele foi professor titular no *Collège Libre des Sciences Sociales* em Paris, além de fundador e secretário geral da Sociedade Francesa de Urbanistas (SFU). Sua contribuição acadêmica se deu também pela autoria de uma série de artigos e livros sobre urbanismo - termo no qual ele se considerava precursor – o qual definia da seguinte maneira:

O Urbanismo é uma Ciência e uma Arte, e sobretudo uma Filosofia social. Entende-se por Urbanismo o conjunto de regras aplicadas ao melhoramento da edificação, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas. É a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade levados a efeito mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descurar as soluções financeiras. (AGACHE, 1930, p. 04)

No Brasil, Agache se notabilizou por coordenar a elaboração de um plano urbanístico para a então capital federal Rio de Janeiro, que ficou conhecido como “Plano Agache” (AGACHE, 1930). Mas, um outro aspecto pouco conhecido da biografia do urbanista, é que Agache teria retornado ao Brasil a partir do final da década de 1930 e estabeleceu residência na cidade do Rio até o ano de sua morte em 1959. Afinal: o que Agache teria desenvolvido nessas duas décadas no Brasil? Partindo dessa indagação, o presente artigo pretende elucidar a pouco estudada passagem do urbanista Alfred Agache pelo interior fluminense no início da década de 1940.

Além disso, este trabalho espera compreender como os temas Turismo e Planejamento Urbano se aproximam nesse período. Para tal, foram examinados os discursos proferidos pelo urbanista francês sobre o tema, através das proposições que ele e sua equipe elaboraram para a urbanização da cidade de Petrópolis (RJ). Complementarmente, foram analisados outros documentos como as deliberações do Primeiro Congresso de Urbanismo (ocorrido em 1941) e alguns documentos governamentais que assimilam tal temática.

Tal levantamento foi realizado através de pesquisa documental em fontes produzidas no período delimitado (1937-1945), tais como os planos em si, as legislações e atos públicos sobre o assunto, processos, mapas e imagens, assim como periódicos especializados, periódicos de variedades (jornais de grande circulação), livros e outras publicações avulsas. Em investigação que realizei em arquivos, bibliotecas públicas e centros de pesquisas especializados<sup>4</sup> entre os anos de 2013 e 2015

<sup>3</sup> A breve biografia de Agache aqui apresentada se baseou na compilação de informações disponíveis em diferentes fontes como Azevedo e Costa (2013), Silva (1996), Coimbra Bueno (1941), além de outros dados complementares contidas no verbete “AGACHE, Alfred Hubert Donat” da seção “autores” do site mantido pela Rede de Pesquisa “Urbanismobr”, disponível no link: < <http://www.urbanismobr.org/bd/autores.php?id=12> >. Acesso em 27/04/2016 às 12h36m.

<sup>4</sup> Os principais espaços visitados para este fim foram: a) Cidade de Petrópolis - Biblioteca Central Municipal Gabriela Mistral, Arquivo Público de Petrópolis, Biblioteca e Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis; b) Cidade do Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional (sessão de livros, periódicos, cartografia e hemeroteca digital), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Bibliotecas Paulo Santos (Paço Imperial), Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), Biblioteca do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) e Arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV); c) Cidade de Niterói: Biblioteca da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo do laboratório “Levantamento Documental do Urbanismo no Brasil” da Universidade Federal Fluminense (LDUB/UFF).

encontrei uma infinidade de documentos, catálogos, fotografias, imagens, reportagens e croquis que sugerem a confecção de um plano de urbanização para Petrópolis. No entanto, o documento final que sistematizaria o plano não foi encontrado, o que inclusive confirmaria se o mesmo de fato existiu. Apesar disso é possível afirmar que principalmente entre os anos de 1941 e 1942 foi elaborado e publicizado um conjunto consolidado de diretrizes para a urbanização de Petrópolis. Sistematizarei tal perspectiva em duas partes: 1) apresentação cronológica dos eventos e seus respectivos documentos; 2) apresentação e análise das propostas elaboradas.

## O PLANO AGACHE DO RIO DE JANEIRO E O TURISMO: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Em agosto de 1927, o então prefeito do Rio de Janeiro Prado Júnior solicitava autorização do Conselho Municipal para abrir os créditos necessários para a elaboração de um plano urbanístico para a capital. Na ocasião, foi contratado um grupo de técnicos coordenados pelo próprio Agache. Esta equipe trabalhou entre os anos de 1927 e 1930 e produziu um documento intitulado “Cidade do Rio de Janeiro, extensão, remodelação, embelezamento”, o chamado “Plano Agache” (AGACHE, 1930).

A característica que vai diferir o Plano Agache das demais intervenções realizadas anteriormente no Rio de Janeiro, é que pela primeira vez a cidade é tratada em sua totalidade, incluindo ainda o sentido metropolitano (regional) que a Capital exercia com o seu entorno. O Plano Diretor sob o aspecto metodológico possuía uma perspectiva de longo prazo com a duração estimada em cinquenta anos, ou seja, para além dos tempos dos governos. Apresentava ainda o zoneamento (*zoning*) como instrumento central de ordenamento e controle urbano, complementado por uma ampla legislação para dar suporte jurídico, além de sugerir a criação de órgãos voltados para o acompanhamento e execução do plano.

Outro aspecto relevante tratado pelo Plano Agache, e muito pouco analisado pelos pesquisadores que o estudaram, é o de recomendar o turismo como atividade chave para o desenvolvimento da cidade. Segundo Machado (2005), um dos poucos autores que analisaram esse aspecto,

Alfred Agache foi o primeiro a indicar o turismo como um fenômeno almejado em todos os lugares e que não seria diferente em relação ao Rio de Janeiro, que teria condições de ser um importante centro de turismo receptivo internacional, mas para isso seria necessária uma série de obras de embelezamento e estrutura, indicadas no Primeiro Plano que abordou o turismo na cidade do Rio de Janeiro, o Plano Agache, jamais plenamente implementado (MACHADO, 2005, p. 76).

Além de todos os embelezamentos e estruturas propostas, a preocupação com o aspecto turístico aparecerá em projetos como a “Entrada do Brasil”<sup>5</sup> que além de atender uma função cívica, esse conjunto monumental serviria também como um “portal de entrada” para receber os visitantes que chegassem ao país. Além disso, os palácios contidos nesse complexo funcionariam também como centro de artes e eventos, conforme sugere Agache (*op. cit.*, 213):

Os palácios que emolduram a “Entrada do Brasil” foram estudados de modo a equilibrar o conjunto dessa praça de honra. O Palácio de Belas Artes à direita, o da Indústria à esquerda, permitem a instalação, em grandes galerias largamente iluminadas e ventiladas, de museus permanentes e de exposições

<sup>5</sup> Agache (1930, p. 214-215).

temporárias. Além de que, cada um possuirá uma grande sala para conferências, festas e congressos de sociedades profissionais e artísticas.

Observa-se nos trechos abaixo que, ao se utilizar-se largamente de hipérboles, Agache (1930, p. 82-4) maximiza as características estéticas da cidade do Rio, contribuindo assim para reforçar a construção metafórica de “cidade maravilhosa” que se construirá como um estereótipo hegemônico naquele início de século.

É a interpenetração entre a natureza, mais ou menos bravia, e a cidade edificada e ordeira que dá a capital do Brasil o seu *cachet* e a sua graça especial. É a conjugação íntima que existe entre a cidade, a mata, a montanha e o mar, que a distingue de outras capitais e de outras cidades de importância similar e faz dela a “cidade maravilhosa”, exaltada pelos turistas, e motivo de orgulho para os seus habitantes. (...) Diante dos atrativos do Rio, a obra do homem é, aliás, de uma importância relativa. (...) depois do embelezamento e do saneamento das ruas, a cidade ficou sendo, entre todas as regiões tropicais, aquela em que o homem branco pode mais facilmente aclimar-se, e onde é acolhido por um povo amável e hospitaleiro entre todos, compreende-se que esse adorável jardim, que é a capital do Brasil, o Rio, esplendido cenário de sonho, se torna cada vez mais um grande centro de turismo mundial, a melhor estação de inverno para os que desejam escapar a banalidade das termas ou das praias em voga e abandonar-se, ao mesmo tempo, a esse repouso único que oferecem os dias de travessia sobre as calmas ondas do Oceano.

Com relação ao turismo, é válido destacar a visão de Agache sobre o caráter ordeiro, civilizatório e elitista almejado por essa atividade dirigida ao estrangeiro - que ele denomina de “homem branco” - restando ao habitante local apenas o submisso e subalterno papel de “amável e hospitaleiro”.

A partir da análise de diversos estudos<sup>6</sup> consultados sobre o Plano em questão, é possível afirmar que ele não foi implementado em seu sentido estético, mas sim em sua essência, ou seja, que sua relevância encontra-se nas orientações para o desenvolvimento futuro da cidade, assumidas em parte pelas administrações públicas que se seguiram. Além disso, tal plano pode ser considerado um importante marco na institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano como instrumentos de gestão nas cidades brasileiras. Seu ordenamento jurídico e metodológico serviu de base não só para inúmeras intervenções urbanas praticadas no país nos anos seguintes, mas também como referencia na consolidação de políticas públicas. Na opinião do urbanista José Oliveira Reis (apud FARIA, 2007, p. 90).

O Plano Agache teve o mérito de alertar os engenheiros municipais e despertar o interesse nos meios profissionais sobre os problemas de urbanismo. Os problemas de ordem local foram substituídos por outros de âmbito mais largos, visando a áreas maiores, interessando cada vez mais o maior número de municípios. Os pequenos grupos confinados, que a política estreita restringia a questões meramente locais, foram sendo ampliados e considerados como parte de um conjunto, tendo a cidade por um todo. Desse ponto de vista o urbanismo funcionou como revolucionador de mentalidade. Quem provocou essa alteração em nosso meio foi, sem dúvida, o Plano Agache.

<sup>6</sup> Rezende (1982, 2012b), Underwood (1991), Silva (1996), Berdoulay (2003), Moreira (2007), Faria (2007), Pinheiro (2009) e Azevedo e Costa (2013).

Por isso, é possível compreender a política urbana brasileira antes e depois do Plano Agache para a cidade do Rio. Não só o plano, mas a sensibilização, o debate e as críticas geradas abrem caminho para a profissionalização e o reconhecimento do urbanismo e do planejamento urbano não só como prática, mas também como campo de conhecimento. Além disso, já indica o turismo como um tema relevante no âmbito das políticas urbanas.

## **A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1930**

O período posterior ao ano de 1930 caracteriza-se pela intervenção estatal em diversos setores da economia e na vida social que evoluirá de forma gradativa até se consolidar com a deflagração do Estado Novo. Sobre o cenário desencadeado a partir da Revolução de 1930, Ianni (2009) mostra que independente de seu sentido original, ela criou instituições, valores e padrões sociais burgueses tendo como elementos centrais o intervencionismo estatal sobre a economia e a regulação das relações de trabalho. Deu-se expressivo crescimento industrial e a consolidação tanto de uma burguesia quanto de um proletariado urbanos, culminando no desenvolvimento de um capitalismo mais avançado no Brasil. Este período também foi marcado pela transformação das cidades com o acelerado processo de urbanização. Este processo deveu-se a fatores socioeconômicos - como a já mencionada industrialização, a melhoria das condições de vida e a consequente migração do campo para as cidades - e ao papel interventor do Estado por meio das políticas públicas e da reorganização da administração segundo uma perspectiva racional.

É neste cenário que se dará os primeiros passos para a institucionalização do urbanismo e do planejamento urbano como políticas de Estado, concretizados na forma de leis, planos, comissões, e todo um aparato burocrático voltado para este fim. Feldman (2010, p. 3) caracteriza o período como

um momento em que as mudanças profundas no âmbito da economia, da política, da organização social, da administração pública, do desenvolvimento urbano, no Brasil, forçam a “reconstrução” de saberes e práticas urbanísticas.

Vale lembrar que este período também é marcado pela ascensão do urbanismo como campo profissional e acadêmico, destacando-se alguns eventos relevantes como a proposição de Lúcio Costa - em sua breve passagem pela direção da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) entre os anos de 1930 e 1931 - se criação as cadeiras de urbanismo e paisagismo junto a Escola (CORDEIRO, 2012, p. 953), a instituição do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) e a regulamentação de ambas as profissões em 1934, além de uma série de instituições, entidades de classe, eventos e publicações especializadas que vão se consolidar naquele momento. É nesse panorama que Fernandes (2012, p. 52) argumentará que

Entre 1930 e 1945, estruturam-se institucionalidades, ações e quadros jurídicos que serão basilares para o processo efetivo de constituição de uma política nacional para as cidades, muitos dos quais vigentes ainda hoje e que auxiliam a enfrentar a questão urbana em termos de controle, proposição e gestão. São assim construídas formas de atuação no período que contemplam um programa variado e complexo que vai desde a esfera da habitação - uma das mais agudas e presentes no período - à criação de novas cidades, ao desenvolvimento de planos diretores até a estruturação de um sistema técnico de administração, entre outros.

Enfim, importantes urbanistas - e seus respectivos escritórios especializados em elaboração de planos – se destacam como atores fundamentais tanto nas práticas como nos debates em torno do urbanismo e do planejamento urbano no país como Atílio Correa Lima, os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, Saboya Ribeiro, Nestor de Figueiredo, José de Oliveira Reis, Saturnino de Brito Filho, Armando de Godoy e Baptista de Oliveira. No ano de 1941 esses profissionais organizaram o 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo. Nessa perspectiva, Feldman (2010, p. 1) entende o I Congresso Brasileiro de Urbanismo como “manifesto pela legitimação do profissional urbanista portador de uma nova concepção de urbanismo – o urbanismo que a nova realidade urbano-industrial exige”. A autora ainda completa que

(...) Essa intensa mobilização no momento em que os urbanistas se confrontam com mudanças estruturais da realidade urbana dá início à construção e à difusão da pauta urbanística que, pelas quatro décadas seguintes, será perseguida, atualizada e não necessariamente consumada no âmbito da administração pública. (Op. Cit., 2010, p. 5)

Neste congresso foram abordadas diversas temáticas relativas ao urbanismo. Além de tratar sobre a própria conceituação do termo em si e seus instrumentos de ação (zoneamento, plano diretor, dentre outros) discutiu-se também uma série de questões envolvendo a consolidação do urbanismo como campo, assim como os entraves a seu desenvolvimento no país.

É importante salientar que o congresso também se notabilizou por abrir espaço para a apresentação de teses sobre o campo do urbanismo. Tais teses trataram de uma série de temáticas como a habitação popular, o “problema das favelas”, as discussões em torno do saneamento, o tráfego e comunicação, a necessidade de se aprimorar uma legislação urbanística, assim como outros temas transversais menos comuns a este campo naquela época, como “A Proteção dos Monumentos Históricos e Artísticos” e por fim, o Turismo.

[as teses do] I Congresso Brasileiro de Urbanismo expressam um momento de sintonia dos urbanistas com as mudanças em curso nas cidades brasileiras, e que o Congresso é parte da intensa mobilização que ocorre ao longo da década de 1930 no campo do urbanismo e em outros campos disciplinares [grifo meu] que atuam na formação de conhecimento sobre a realidade urbana (FELDMAN, 2010, p. 5).

Dentre os campos disciplinares que estavam atuando na formação de conhecimento sobre a realidade urbana, no âmbito do I Congresso de Urbanismo o turismo estava inserido entre eles. Isso fica notório em duas circunstâncias: 1) através de uma comissão temática intitulada “Turismo e Coordenação” e 2) na tese apresentada, no âmbito dessa comissão, pelo engenheiro Aracy Soares<sup>7</sup> intitulada “O turismo sobre o ponto de vista urbanístico” que reproduz a seguir:

Urbanismo é a ciência da construção de cidade, cabendo, pois, ao urbanista, prepará-la sob o ponto de vista higiênico, de habitação, de tráfego, comunicações e muitos outros problemas. Sem urbanismo não pode haver turismo. Como fazer turismo se uma cidade não for salubre? Se não possuir hotéis que ofereçam conforto? Se não tiveram tráfego rápido e cômodo? Enfim, sem os meios necessários para proporcionar o bem-estar ao turista. Turismo e urbanismo, pois, completam-se. O urbanismo prepara o ambiente, cria-o. O turismo aproveita-o explorando para o gozo e bem-estar humanos. O urbanismo constrói as cidades, prepara-as, para que possam ser vistas,

<sup>7</sup> Durante a pesquisa não localizei informações biográficas e/ou profissionais relevantes sobre Aracy Soares. Apenas identifiquei que era membro e representante do “Centro Carioca”, instituição formalmente responsável pela organização do I Congresso Brasileiro de Urbanismo.

gozadas; quer pelo seu pitoresco, quer pelo que tem de culto. Quer seja uma estância balneária, climática, ou qualquer outro o atrativo, cabe ao urbanismo prepará-la saneando, cultivando todos os recursos que possam prender a atenção do turista, a fim de torná-la mais atraente, mais saudável. Daí a necessidade da criação de um órgão nacional, independente, o “DEPARTAMENTO NACIONAL DE TURISMO”, o qual deverá funcionar em perfeita comunhão de vistas com o “DEPARTAMENTO NACIONAL DE URBANISMO”, que julgamos também deva ser criado. O Departamento Nacional de Turismo, como órgão diretor, centralizará as medidas e normas para o turismo brasileiro, cabendo aos Departamentos Regionais (em cada estado ou grupo de estados) proporcionar os meios se tornem necessários. Nos municípios haverá Comissões de Iniciativas, as quais, sob a presidência do prefeito local, organizarão programas e outras medidas, a fim de atrair o turista, principalmente nas em que houver estâncias balneárias, climáticas ou de repouso.

Na referida tese, Soares (1941) propõe que sejam criados órgãos e políticas públicas para os dois setores que devem caminhar lado a lado. Com isso, o autor sugere que turismo e urbanismo são áreas que tem que ser pensadas de forma articulada no âmbito das políticas públicas territoriais. Mostrarei adiante que de fato as políticas direcionadas para os dois setores caminharam juntas em alguns casos, como no Estado do Rio de Janeiro e na cidade de Petrópolis que nesse momento já apresentavam institucionalidades semelhantes ao proposto pelo autor.

### **O ESTADO NOVO NO RIO DE JANEIRO: O TURISMO NO “PLANO AMARAL PEIXOTO DE URBANIZAÇÃO DAS CIDADES FLUMINENSES”**

Após um tortuoso período de crises econômicas e instabilidade política vivenciadas pelo estado fluminense, em novembro de 1937 Ernani do Amaral Peixoto foi nomeado Interventor Federal do Estado concomitantemente à instauração do Estado Novo. Desde que assumiu a interventoria, Amaral Peixoto adotou a direção de reorganização fazendária e de rigidez financeira, regularizando assim a arrecadação e as contas públicas. Ao mesmo tempo foi criado o Conselho Econômico e Financeiro do Estado – aos moldes do Conselho Federal de Comércio Exterior – que gradualmente foi elaborando uma agenda governamental que aos poucos seria implementada. Na medida em que a reforma financeira se consolidava, o estado conseguiu conceder incentivos e isenções para empreendimentos considerados estratégicos, mas também para que se viabilizassem empréstimos para obras entendidas como prioritárias ao desenvolvimento (MOREIRA, 2012). É neste cenário que setores como a agricultura, indústria e serviços começam a receber importante apoio do governo estadual com o qual puderam apresentar melhorias no decorrer dos anos. Foram marcantes os incentivos concedidos para a implantação de grandes indústrias como a Fábrica Nacional de Motores, a Companhia Nacional de Álcalis e a Companhia Siderúrgica Nacional.

O turismo foi um desses setores que contou com relevante aparato do poder estadual. Através do Decreto-lei n. 429 de 24 de maio de 1938, Amaral Peixoto cria o Departamento de Turismo e Propaganda. No mesmo ano, a Interventoria Estadual constitui as Comissões de Iniciativas nos municípios - através do Decreto n. 569 de 29 de setembro de 1938 - que teriam como incumbência promover, estudar e sugerir medidas que redundassem na expansão da atividade turística.

Ainda em 1940, o interventor lançará o Plano de Urbanização das Cidades Fluminenses<sup>8</sup>. Segundo Azevedo (2012), este plano de iniciativa da Secretaria de Viação e Obras Públicas dividiu o Estado fluminense em duas grandes áreas de atuação urbanística: cidades industriais nas proximidades do Vale do Paraíba fluminense e cidades de interesse turístico nas regiões Serrana, do Norte Fluminense e dos Lagos. Os planos relativos às cidades de interesse turístico foram inicialmente regulamentados pelo Decreto-lei estadual n. 125 de 03 de Agosto de 1940, que no seu preâmbulo e em seus artigos 1º e 4º enfatiza que:

Considerando que está o governo empenhado em promover o turismo em determinadas regiões do Estado, cuidando do embelezamento das mesmas; Considerando que muitas localidades do Estado se desenvolvem rapidamente no presente momento, sem um plano previamente definido, não podendo as respectivas Prefeituras arcar com os encargos consequentes dos seus planos urbanísticos e da sua fiscalização, pelo que é aconselhável a assistência do Estado. Decreta: Art. 1º: Fica a Secretaria de Viação e Obras Públicas autorizada a entrar em entendimento com as Prefeituras de Maricá, Saquarema, Araruama, São Pedro de Aldeia, Cabo Frio, Angra dos Reis e São João da Barra, por intermédio do Departamento de Municipalidades, para organizar os planos de urbanização de suas sedes e vilas. (...) Art. 4º: As despesas relativas ao projeto de urbanização e sua demarcação correrão por conta do Governo do Estado. Art. 5º: Outras prefeituras poderão gozar das vantagens desta lei, desde que o Governo o determine por decreto (grifo nosso).

Na verdade, este Plano Estadual constituiu-se em um conjunto de planos municipais financiados pelo Governo do Estado que, através do Departamento de Municipalidades, contratou escritórios de urbanismo para sua elaboração em parceria com as prefeituras locais. Segundo Azevedo (2012) as cidades do Vale do Paraíba ficaram a cargo do Escritório Atilio Correa Lima e as cidades de interesse turístico na região dos Lagos e na região Serrana ficaram por conta do escritório Coimbra Bueno e Cia. Ltda. A autora mostra também que a contratação dos escritórios não se deu em conjunto, pois realizou-se um contrato para cada município com distinções no tempo de execução, nos conteúdos e nos valores. Certamente devido às particularidades e às negociações empreendidas com cada localidade.

### **“PETRÓPOLIS VAI ‘AGACHAR-SE’”: A PASSAGEM DE ALFRED AGACHE EM PETRÓPOLIS NO INÍCIO DOS ANOS 1940**

Em janeiro de 1941, diferentes jornais noticiaram que o então prefeito Cardoso de Miranda, havia convidado o urbanista francês Alfred Agache, para elaborar um plano de urbanização para a cidade de Petrópolis. Apesar de os jornais darem maior destaque a figura de Agache, vale ressaltar que o urbanista francês atuava no Brasil como consultor técnico junto ao escritório de engenharia Coimbra Bueno & Cia. Ltda. de propriedade dos irmãos Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno. Este último, inclusive, acompanhava Agache nos trabalhos, negociações, entrevistas e conferências. Percebe-se que o convite do prefeito Cardoso de Miranda foi extensivo ao Escritório Coimbra Bueno, mesmo escritório que fora contratado pelo governo estadual para elaborar planos para diversas cidades fluminenses nesse mesmo período. Tal consideração me leva a crer que a

<sup>8</sup> Conhecido também como “Plano Amaral Peixoto de Urbanização das Cidades Fluminenses”. Localizei dois importantes documentos estaduais que regulamentam o referido Plano: 1) Decreto-lei nº 125, de 3 de Agosto de 1940 que dispõe sobre a organização de planos de urbanização para municípios de interesse turístico e 2) Decreto nº 1024, de 18 de Abril de 1941 que amplia a atuação do Plano, propondo também a urbanização de alguns municípios do Vale do Paraíba fluminense para fins industriais.

iniciativa de Cardoso de Miranda estava articulada às proposições do poder estadual, apesar das notícias não evidenciarem isso. Vale ainda ressaltar ainda que poucos meses antes Cardoso de Miranda fora Secretário de Interior e Justiça do governo do Estado. O Jornal Correio da Manhã<sup>9</sup> trouxe a seguinte notícia:

Petrópolis, 23 (A. N.) - O professor Agache, técnico francês em urbanismo, que foi convidado pelo prefeito Cardoso de Miranda, para elaborar o plano de urbanização local, esteve, com esse fim, nesta cidade, tendo percorrido demoradamente os seus pontos principais, em companhia do seu colaborador, engenheiro Guilherme Eppinghaus<sup>10</sup>. Falando à imprensa daqui, aquele urbanista declarou que, em toda sua carreira não havia encontrado uma só cidade com tão valiosas possibilidades para um trabalho perfeito de remodelação e urbanismo. Disse ainda que Petrópolis, era para si, nesse terreno, a única até hoje, e, por isso, após ser urbanizada e remodelada, poderia se colocar entre as mais belas cidades do Brasil, quicá do mundo (p. 05).

É provável que esta visita de Alfred Agache a Petrópolis deveu-se às primeiras tratativas e entendimentos entre a prefeitura local e a equipe responsável pelo futuro plano, assim como à realização de diagnósticos iniciais. O jornal O Globo, ao noticiar tal evento, acrescentaria ainda que

O professor Agache, depois de ter percorrido a cidade em companhia do Sr. Eppinghaus, diretor de Engenharia da Prefeitura, exprimiu uma impressão geral favorável do que pode observar e solicitou que lhe fossem fornecidas plantas da cidade e documentos descritivos da fundação de Petrópolis e sua evolução para servirem de base no tocante às tradições locais. O urbanista francês interessou-se particularmente em conhecer os vales e outros detalhes topográficos com o objetivo de orientar-se acerca da questão das entradas da cidade; uma do Rio e outra do interior, e quanto aos problemas de circulação. Depois de ter em mãos os dados solicitados, o professor Agache subirá novamente afim de aqui passar alguns dias em atividade. (...) [Agache:] “(...) a cidade oferece problemas importantes a resolver, antes de mais nada, e são eles os criados pela sua topografia toda especial.” O prof. Agache veio em companhia do engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, um de seus colaboradores<sup>11</sup>.

O Jornal Diário de Notícias<sup>12</sup>, ao mesmo tempo em que proclama um tom enaltecendor à iniciativa, dá destaque a uma advertência de que o plano elaborado por Agache para a cidade do Rio de Janeiro não havia sido plenamente executado.

A urbanização de Petrópolis pode adaptá-la a um dos mais vantajosos finalismos da sua existência: o turismo. Uma sumidade como o Sr. Agache facilmente compreenderá que é necessário tirar um partido turístico do plano de urbanismo que se projeta. (...) Mas é preciso que o plano se execute. Que o exemplo da nossa planície poupe do seu infeliz contagio a rainha da serra... (p. 04).

<sup>9</sup> Fonte: A URBANIZAÇÃO de Petrópolis. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 janeiro de 1941. p. 5.

<sup>10</sup> Na época referida, o engenheiro Guilherme Pedro Eppinghaus era Diretor do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Petrópolis, nomeado através do Ato n. 30, de 02 de Abril de 1940.

<sup>11</sup> REMODELAÇÃO imediata de Petrópolis. **O Globo**, 22 de Janeiro de 1941, matutino, geral, p. 02.

<sup>12</sup> URBANIZAÇÃO de Petrópolis. **Diário de Notícias**, 21 de Janeiro de 1941. p. 04.

No dia 20 de fevereiro - menos de um mês após as notícias destacadas - foi protocolado um requerimento na Prefeitura intitulado “Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda”<sup>13</sup>. Trata-se de um anteprojeto redigido pelo Escritório Coimbra Bueno e Cia. Ltda. a fim de preparar um Plano de Urbanização para Petrópolis. O referido documento apresenta em sua primeira parte um memorial descritivo da equipe envolvida, os trabalhos já realizados tanto pelo escritório quanto por seu consultor Alfred Agache. Este documento mostra, inclusive, que Agache era consultor da referida firma e não o contrário, como sugeria a já destacada notícia do jornal Diário de Notícias<sup>14</sup>, que tratou Abelardo Coimbra Bueno como um dos “colaboradores” de Agache.

Na sua segunda parte o documento traz uma proposta para a elaborar o plano de urbanização para a cidade. Ali já adiantava alguns diagnósticos preliminares, as linhas mestras para seu desenvolvimento, a especificação dos serviços a serem realizados pelo escritório, os dados que deveriam ser fornecidos pela prefeitura e o orçamento pelos serviços. Além disso, o requerimento também possui uma carta assinada por Agache solicitando ao prefeito Cardoso de Miranda uma série de dados e documentos sobre o município, a fim de subsidiar a elaboração do plano.

Um despacho anexado ao próprio requerimento mostra que a prefeitura negou preliminarmente a proposta apresentada por dois motivos: 1) o valor proposto para a elaboração do plano, 965:000\$000 (novecentos e sessenta e cinco contos de réis), estava acima da disponibilidade orçamentária do município; 2) para pagar o valor orçado, que estava acima do limite legal exigido para dispensa de concorrência, a prefeitura deveria abrir um processo de licitação pública. O referido despacho traz a seguinte redação:

(...) o Decreto-Lei Estadual nº 10, de 12 de Setembro de 1939, estabeleceu que todas as obras e serviços públicos municipais cujos valores excedam de 100 contos, para as Prefeituras de receita orçamentária superior a 800 contos, só poderão ser objeto de contrato de concessão mediante concorrência pública que terá lugar no edifício do Departamento de Municipalidades em Niterói.

Em 12 de setembro, o escritório Coimbra Bueno realiza uma contraproposta para a Prefeitura<sup>15</sup>. Em linhas gerais, a firma propõe que tanto a elaboração do plano de urbanização e das obras esboçadas bem como as desapropriações previstas sejam financiados pelo próprio escritório. Tal financiamento seria coberto pela valorização dos terrenos após a realização das melhorias previstas no plano. A contraproposta traz o seguinte texto:

1º: A Prefeitura promoverá a desapropriação dos terrenos a serem entregues à firma, a fim de serem retalhados, beneficiados, e vendidos por ela, para cobertura das despesas; 2º: A firma promoverá o financiamento: a) da elaboração do plano, b) das desapropriações, c) da execução das obras; 3º: A firma fará por sua conta, os estudos necessários incluindo o anteprojeto do plano de urbanização da cidade, compreendendo as linhas mestras do plano, com a localização das áreas a serem desapropriadas, etc. (...). Planos assim ideados, já tem sido praticados no estrangeiro (como, por exemplo, em Paris, para a execução do Boulevard Haussmann), articulando-se as iniciativas

<sup>13</sup> COIMBRA BUENO Ltda. Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda. Requerimento nº 1904/41. Petrópolis, 20/02/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

<sup>14</sup> URBANIZAÇÃO de Petrópolis. **Diário de Notícias**, 21 de Janeiro de 1941. p. 04.

<sup>15</sup> COIMBRA BUENO Ltda. **Carta endereçada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda**. Requerimento nº 9087-41. Petrópolis, 12/09/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

privadas com os poderes públicos na execução dos benefícios de utilidade coletiva. No Brasil entretanto, tais iniciativas são ainda novidades. A nossa legislação só nos últimos anos vem sendo orientada para este desideratum, estando já definida, nas suas linhas mestras, mas faltando, ainda, uma rotina administrativa, já fixada, que possa servir de norma a todos os processos e atos administrativos necessários, circunstâncias essas que irão certamente dificultar o trabalho de V. Excia. nessa tarefa.

Ainda em dezembro de 1941, o prefeito Cardoso de Miranda baixa uma Portaria<sup>16</sup> recomendando que os processos relativos à construção de edificações de maior porte sejam encaminhados ao exame dos organizadores do plano de urbanização antes de serem apreciados pelos setores técnicos da prefeitura. Esse é o primeiro ato municipal que atribui responsabilidades ao escritório Coimbra Bueno. Em janeiro de 1942 a firma Coimbra Bueno protocola uma minuta de contrato junto a Prefeitura de Petrópolis<sup>17</sup>. Tal documento detalha como seria a elaboração do plano, a constituição de uma empresa concessionária para administrar os terrenos desapropriados, além de especificar como seria o financiamento das obras e as contrapartidas oferecidas pelo poder público. Tal requerimento tramita nos setores técnicos da Prefeitura e do Departamento de Municipalidades do Governo do Estado. Isso deixa claro que, pelo menos até o final de abril de 1942, a prefeitura e o escritório não tinham ainda firmado um contrato formal, mas apesar disso, o Escritório já estava trabalhando efetivamente na preparação do plano.

Nesse meio tempo, no dia 28 de fevereiro de 1942, Alfred Agache proferiu uma conferência intitulada “Petrópolis: Cidade de Verão” no Salão Nobre do Paço Municipal. Acompanhado pelo Engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, Agache teria apresentado um esboço geral do Plano de Urbanização que estava sendo elaborado para a cidade. Este certame foi amplamente noticiado pela imprensa local e da capital federal<sup>18</sup>. Quatro dias depois, o jornal “A Noite”<sup>19</sup> entrevistou Agache na sede do Escritório Coimbra Bueno na cidade do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, Agache detalhou o que falou na conferência, ou seja, as propostas para o plano de urbanização de Petrópolis. Esta entrevista é um dos principais documentos que localizei sobre o referido plano, pois expõe a concretude das propostas.

Na mesma edição, o jornal noticiaria a visita de Agache ao escritório que estava elaborando o Plano de Urbanização para o bairro Quitandinha<sup>20</sup>. Na ocasião, Agache mencionara que o plano do complexo Quitandinha “se conjuga admiravelmente com o plano de urbanismo que estou projetando para Petrópolis”<sup>21</sup>. A já mencionada edição do jornal “A Noite” também teria um preço alto para Agache. Em 05 de maio do mesmo ano, o então Conselho Regional de Engenharia e

<sup>16</sup> Prefeitura de Petrópolis. Portaria n. 150 de 4 de Dezembro de 1941.

<sup>17</sup> COIMBRA BUENO Ltda. Minuta de Contrato a ser firmado entre a firma Coimbra Bueno Cia. Ltda., a Prefeitura Municipal de Petrópolis e o Governo do Estado do Rio de Janeiro para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis. Requerimento n° 391/42. Petrópolis, 13/01/1942. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

<sup>18</sup> Alguns dos meios de comunicação que noticiaram a conferência: Revista Pequena Ilustração (08 de março de 1942); Tribuna de Petrópolis (01 de março de 1942) e Jornal de Petrópolis (01 de março de 1942).

<sup>19</sup> A FISIONOMIA URBANÍSTICA DE PETRÓPOLIS: o plano que o professor Agache elaborou para a “Cidade das Hortências” – os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 1-2.

<sup>20</sup> CONJUGA-SE ADMIRAVELMENTE! A valiosa opinião do Prof. Alfredo Agache sobre o novo Hotel em construção em Petrópolis. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 4. Apesar da notícia não mencionar, acredito que o escritório visitado é o do Engenheiro Saboya Ribeiro. Mostrarei mais a frente que o Plano de Urbanização do novo bairro Quitandinha foi assinado por este escritório.

<sup>21</sup> *Ibid.*

Arquitetura da Quinta Região (CREA Distrito Federal, Rio de Janeiro e Espírito Santo) emitiria o seguinte Auto de Infração para Agache:

Auto de constatação de infração n. 857: Alfredo Agache (...) tendo infringido as disposições do art. 1.º do decreto n. 23.569 de 11 de dezembro de 1933, conforme foi verificado pela fiscalização deste Conselho, ter elaborado o plano de urbanização da cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, conforme declarações feitas ao jornal "A Noite" e publicada em sua edição final de 4 de março do corrente ano, sem se achar habilitado ao exercício da profissão perante este Conselho Regional, infringindo assim, a citada disposição do decreto n. 23.569, fica intimado a, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente auto de constatação de infração no Diário Oficial dos Estados Unidos do Brasil, apresentar a defesa que tiver, sob pena de revelar bem como a efetuar, dentro do mesmo prazo acima concedido, na Tesouraria deste Conselho, (...) o pagamento da multa de 500\$0 (quinhentos mil réis), de conformidade com o art. 38, letra a, do decreto acima referido e em virtude do fato supra mencionado, sob pena de, não o fazendo, ser enviado o competente auto de multa, independentemente de nova intimação, à autoridade judiciária.<sup>22</sup>

O Decreto nº 23.569 de 11 de dezembro de 1933, que regulava o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e de agrimensor no Brasil a partir daquele ano, previa que os profissionais estrangeiros deveriam ter seus títulos revalidados no país e ainda possuir registro no CREA da(s) região(ões) que fossem atuar profissionalmente. O mesmo decreto também dispunha que:

Art. 4º Aos diplomados por escolas estrangeiras (...) que, à data da publicação deste decreto, exerciam a profissão no Brasil, e registrarem os seus diplomas dentro do prazo de seis meses, contados da data da referida publicação, será permitido o exercício das profissões respectivas. Art. 5º Só poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico os estudos, plantas, projetos, laudos e quaisquer outros trabalhos de engenharia, arquitetura e agrimensura, quer públicos, quer particulares, de que forem autores profissionais habilitados, de acordo com este decreto, e as obras decorrentes desses trabalhos, também só poderão ser executados por profissionais habilitados, na forma deste decreto.

Ao que tudo indica<sup>23</sup>, Agache não havia realizado até então esses procedimentos, ficando assim impedido de atuar profissionalmente no país. A imprensa da época repercutiu a referida infração nos dias posteriores<sup>24</sup>. O jornal O Globo em sua edição vespertina no dia 16 do mesmo mês, realizou uma entrevista com Alfred Agache no escritório Coimbra Bueno no Rio. Em tal entrevista, intitulada "Não é de Agache o plano de urbanização de Petrópolis", o urbanista se defende afirmando que:

Se realmente existe o plano de urbanização da cidade de Petrópolis, não foi criado por mim. E, além de tudo, não há nenhum contrato firmado entre mim

<sup>22</sup> Fonte: Diário Oficial da União. (Seção I). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 07 de Maio de 1942. p. 7556.

<sup>23</sup> Não encontrei, junto ao atual CREA/RJ, o processo originário do Auto de Infração 857 do ano de 1942. A servidora que me recebeu na instituição no dia 28 julho de 2014 informou que toda a parte relativa à memória do CREA/RJ (Centro de Cultura e Memória, Biblioteca e Arquivo) estava passando por uma ampla reformulação e o arquivo e a biblioteca estariam fechados para consulta. Esta servidora indicou o e-mail do responsável pelo arquivo. Tentei contato com esta segunda pessoa para tentar agendar uma visita, mas não obtive retorno.

<sup>24</sup> **Multado o Sr. Agache!** Jornal "O Globo". 13/05/1942 (vespertino), p. 3.

e a Prefeitura da bela cidade serrana, no que diz respeito à elaboração do plano de urbanização. Por isso mesmo, não vejo como me caber a penalidade que me é imposta. Certamente, a celeuma foi suscitada pela entrevista que concedi a um vespertino. Quase ao mesmo tempo, convidado especialmente pelo então prefeito da cidade, Sr. Cardoso de Miranda, levei a efeito uma conferência sobre aquela matéria. Fiz nessa minha palestra, é verdade, certo número de sugestões visando o futuro urbanístico de Petrópolis. Foi o que realmente aconteceu. (...) Como vê, não se trata de nenhum plano ou projeto, nem de direção ou fiscalização de serviços de que não fui encarregado por ninguém e dos quais, também, por meu turno, não encarreguei ninguém de executar. Mas, de uma coisa fique certo. Se realmente eu tivesse elaborado um plano para a urbanização de Petrópolis, pagaria de bom grado a multa referida.

Como pode ser observado, Agache não só negou a autoria do possível plano de Petrópolis, mas também dos outros planos no Brasil que lhe eram atribuídos a partir de seu retorno ao país em 1939 até a data da entrevista. Sobre suas atribuições junto ao escritório Coimbra Bueno, Agache prossegue:

Minha função se resume tão somente em ser conselheiro auxiliar junto aos escritórios técnicos dos irmãos Coimbra Bueno. Não me preocupam as confecções técnicas de planos e projetos. Estes são elaborados pelos engenheiros e arquitetos que compõem o corpo técnico do escritório. Minhas atribuições se resumem à propaganda, à feitura de comentários, conferências e artigos para a divulgação do urbanismo, bem como às relações com as Municipalidades e os jornais. De resto, nenhum dos planos e projetos elaborados pelos escritórios técnicos dos irmãos Coimbra Bueno é executado por mim. Mas, se não pedi minha inscrição junto ao Conselho Nacional de Engenharia, o que deveria ter feito em 1933, foi unicamente devido à circunstância de não estar no Rio de Janeiro no lapso de tempo concedido para essa inscrição.

Nos diferentes documentos consultados, uma contradição aparece de forma notória. Nos requerimentos direcionados à Prefeitura, ou seja, nos documentos oficiais de cunho mais formal como propostas técnicas e minutas de contrato, fica evidente a apresentação de Agache como “consultor” da firma Coimbra Bueno, apesar de não transparecer quais seriam suas atribuições nos projetos. Tais requerimentos vêm timbrados pelo escritório e aparecem assinados por um dos irmãos Coimbra Bueno<sup>25</sup>. Além disso, o próprio texto dos requerimentos deixa claro que o conjunto do trabalho seria executado pelo Escritório e sua equipe, na qual Agache também participava.

Apesar disso, é válido notar que em diferentes situações o próprio Agache se apresentava como autor principal dos planos. Um exemplo pode ser observado numa carta assinada por ele e endereçada ao prefeito Cardoso de Miranda – que aliás está anexada em um dos requerimentos - dando a entender que ele estava a frente não apenas dos estudos, mas também das negociações do suposto plano:

Excelentíssimo Senhor; Conforme o entendimento que tive a honra de manter com V. Excia., sobre os estudos preliminares para a elaboração do Plano de Urbanização dessa cidade, volto a presença de V. Excia. para enaltecer os pontos que se seguem: 1º Uma vez que o Plano deverá estar elaborado pela ocasião do Centenário da cidade, não há tempo a perder para os estudos; 2º

<sup>25</sup> Vários dos documentos localizados constam uma assinatura onde é possível ler os dizeres “Coimbra Bueno”, mas o primeiro nome não aparece, o que me leva a crer que pode ser de qualquer um dos dois irmãos, Jeronymo ou Abelardo.

Preciso, assim, desde logo, preparar a documentação preliminar, antes mesmo de processado o contrato respectivo, de maneira a poder iniciar os estudos propriamente ditos, tão logo tal contrato seja firmado; (...)<sup>26</sup>

As afirmativas de Agache na primeira pessoa do singular se repetirão em algumas entrevistas que ele concedeu sobre o plano petropolitano, como no já citado trecho: “se conjuga admiravelmente com o plano de urbanismo que estou projetando para Petrópolis”<sup>27</sup>. Conforme já demonstrado, os jornais – pelo menos os datados até março de 1942 - apresentam Agache como o principal autor dos planos. Quanto aos irmãos Coimbra Bueno, quando eram mencionados, era-lhes reservado apenas o papel de “colaboradores” do urbanista francês.

É possível, ainda, que a repercussão negativa do auto de constatação de infração tenha atrapalhado o andamento das negociações entre a prefeitura de Petrópolis e o Escritório Coimbra Bueno. Apesar de não ter localizado documentos oficiais que endossem esta hipótese, é notável pelos jornais da época a elevada admiração que a figura de Agache causava em diferentes meios. Eram quase hegemônicos os elogios endereçados a suas ações e também a sua pessoa. Após a conferência que ele proferiu na cidade em fevereiro de 1942, tanto a imprensa local quanto a do Distrito Federal foram unânimes nos elogios. Quando a crítica aparecia, era direcionada aos que não cumpriram os traçados que Agache estabelecia, como no caso do Plano da Cidade do Rio de Janeiro que foi arquivado num primeiro momento. A coluna da Revista “Pequena Ilustração” é emblemática nessa linha:

Petrópolis vai “agachar-se”, quero dizer, vai ser remodelada em sua fisionomia pelo famoso urbanista francês professor Alfredo Agache, o mesmo que no Rio e outras cidades realizou coisas do arco da velha. Vão desaparecer as ruas tortuosas e mal calçadas; os parques e jardins traçados sem o menor sentido de arte e estética e os prédios do centro da “urbs” obedecerão a um estilo uniforme. Surgirão assim esplendidas avenidas e belos jardins; o que já é bonito mais belo ficará.

A “Cidade das Hortênsias” (e por falar nisso, onde estão elas?) preferida do “grand mond” (sic) que nela passa os meses de estio, vai transformar-se dentro em pouco tempo na verdadeira “Rainha de todas as serras”.

Por fim, em sessão ordinária realizada no dia 09 de novembro de 1942, o CREA resolveu pelo cancelamento do auto de constatação de infração n. 857 imposto a Agache<sup>28</sup>. Não consegui dados suficientes para mensurar se, a partir disso, Agache passou a ter sua situação profissional regulamentada ou se o CREA apenas cancelou este auto de infração específico, continuando o urbanista com restrições legais de atuação no país.

Em vista de todos esses fatos e contradições, acredito que três hipóteses não podem ser descartadas: 1) Agache e os irmãos Coimbra Bueno trabalharam em parceria nos planos do período; 2) estaria Agache utilizando o nome dos engenheiros Coimbra Bueno para assinar os projetos que ele próprio elaborava no país, na medida em que estava legalmente proibido de realizá-los; ou 3) seria Agache apenas um “relações públicas” do Escritório, conforme ele próprio afirmara, e os Coimbra Bueno os reais autores dos trabalhos. Como não foi possível comprovar e

<sup>26</sup> CARTA DE ALFRED AGACHE endereçada ao Prefeito Mario Cardoso de Miranda. In: COIMBRA BUENO Ltda. Proposta para Elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis, apresentada ao Prefeito Municipal Dr. Mario Cardoso Miranda. Requerimento n° 1904/41. Petrópolis, 20/02/1941. Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis.

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> Fonte: Diário Oficial da União. (Seção I). Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1942. p. 18003.

nem descartar nenhuma das hipóteses indicadas, optei por mencionar o “plano” ou as “propostas” como de autoria da pessoa jurídica “Escritório Coimbra Bueno e Cia. LTDA”, pois tal denominação abrangeria tanto os irmãos engenheiros Coimbra Bueno, Alfred Agache - que comprovadamente prestou serviços para esse escritório, mesmo que a natureza destes serviços não fique evidente -, além de toda a equipe técnica envolvida nas ações.

O que de fato se percebe é que desde a publicação do auto de infração em maio, a imprensa passa a dar mais destaque à figura de Abelardo Coimbra Bueno, enquanto Agache aparecerá mais discretamente. Isso é notório nas entrevistas e apresentações que Abelardo começa a realizar em nome do Escritório a partir de então. Foi assim em junho de 1942 quando o jornal Correio da Manhã estampou na reportagem intitulada “Petrópolis e seu grandioso plano de urbanização, extensão e embelezamento”<sup>29</sup>, as linhas gerais do plano e atribuindo a elaboração do mesmo aos irmãos Coimbra Bueno, sem mencionar o nome de Agache. Vale lembrar que ainda no mês de abril, Cardoso de Miranda pedira exoneração do cargo de prefeito e o engenheiro Márcio de Melo Franco Alves é nomeado em seu lugar. Na prática, as duas figuras centrais envolvidas na negociação do plano petropolitano, Agache e Cardoso Miranda, foram gradualmente substituídas por Abelardo Bueno e Márcio Alves. Em uma das entrevistas de Abelardo Bueno, o urbanista destaca que:

Em Petrópolis, cujos estudos vêm sendo feitos há quase dois anos, o engenheiro Márcio Alves, tão logo assumiu a Prefeitura se interessou das linhas mestras da remodelação. E nenhuma providência toma sem tê-las em mente<sup>30</sup>.

Entre os meses de agosto e setembro de 1942, ocorreu nos salões do Museu Nacional de Belas Artes (MNBA) a exposição “Urbanismo no Estado do Rio de Janeiro”. Tal exposição visava divulgar os planos e estudos de urbanismo que se encontravam em elaboração ou implementação nos diferentes municípios fluminenses. Segundo o jornal Correio da Manhã<sup>31</sup>:

Nessa Exposição, que ocupa todos os salões e galerias do museu, é apresentada, em primeiro lugar, a cidade de Niterói, seguindo-se as demais na seguinte ordem: Barra do Pirai, Campos, Cabo Frio, Araruama, Atafona, Maricá, Petrópolis e o seu novo bairro, Quitandinha. Os estudos relativos à remodelação de Niterói são expostos pela Cia. Melhoramentos de Niterói. Os de Barra do Pirai são de autoria do professor Lincoln Continentino. Os de Maricá foram feitos pelos técnicos do Departamento das Municipalidades do Estado do Rio. Os demais, compreendendo todas as cidades, são de autoria dos engenheiros Coimbra Bueno, inclusive a parte geral de Petrópolis. Os do novo bairro do Quitandinha foram elaborados pelo professor Saboia Ribeiro.

Nesta Exposição, Abelardo Bueno despontará como porta-voz quando proferiu discursos e concedeu entrevistas aos jornais em nome do Escritório, papel antes desempenhado por Agache.

<sup>29</sup> PETRÓPOLIS e seu grandioso Plano de Urbanização, Extensão e Embelezamento. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1942, p. 15.

<sup>30</sup> CORREIO DA MANHÃ. “UM PIONEIRO DO URBANISMO - Como o engenheiro Abelardo Coimbra Bueno ‘construtor da cidade Goiânia’ considera os problemas de urbanismo e as iniciativas da administração Amaral Peixoto”. Rio de Janeiro, 13 de agosto de 1942, p. 3.

<sup>31</sup> CORREIO DA MANHÃ. “A inauguração da exposição de urbanismo do Estado do Rio”. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1942, p. 21.

Curiosamente, as últimas notícias encontradas que fazem menção direta à elaboração de um plano de urbanização para Petrópolis advém da referida exposição ocorrida no MNBA.

Outro evento que não pode ser ignorado e que influenciará decisivamente nas ações políticas no período é a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Apesar de o Brasil só ter declarado oficialmente guerra às potências do Eixo em 22 de Agosto de 1942, os reflexos econômicos perante o conflito internacional já se acirravam no país alguns meses antes. Ainda em maio, o governo brasileiro havia decretado um primeiro racionamento de petróleo e seus derivados (Decreto-lei nº 4.292, de 7 de maio de 1942). Com a declaração de guerra, o racionamento se agrava. Afeta primeiramente o setor de transportes, produzindo um efeito em cascata nas áreas de abastecimento, indústria e agricultura. Um dos setores afetados nessa conjuntura é o de construção civil e obras públicas. Nesse cenário, é criada a Comissão de Mobilização Econômica que irá direcionar os setores que devem receber os investimentos prioritários naquele momento de exceção. Uma notória consequência local foi a restrição imposta na agenda de gastos previstos pelos governos. É possível que a elaboração e execução do plano de urbanização tenha sido reduzida ou adiada. Enfim, até o dia 16 de março de 1943, o plano de urbanização não foi elaborado, sequer implementado. Apesar do notório apoio do novo prefeito em levar adiante a iniciativa, tal empreendimento não chegou a fazer parte das comemorações do Centenário da cidade, conforme era ideia inicial do prefeito Cardoso de Miranda. Apesar disso, a mesma edição comemorativa de “A Noite Ilustrada”, traz a seguinte nota:

Cadastro de Petrópolis: Engenheiro, uma das primeiras preocupações do Sr. Márcio Alves, ao assumir o governo municipal, foi concretizar o Cadastro Predial e Imobiliário de Petrópolis. Esse serviço era indispensável à obra de urbanização da metrópole serrana, sabendo-se que o cadastro é a base técnica de qualquer intento urbanístico, sem o qual a urbanização defronta-se com dificuldades irremovíveis. O serviço do Cadastro já vai bem adiantado e, até agora, mais de 2.000 prédios e outros imóveis foram cadastrados, prosseguindo-se os respectivos trabalhos<sup>32</sup>.

As notícias indicam que na data comemorativa do Centenário o Escritório Coimbra Bueno estaria trabalhando na preparação da planta cadastral e do cadastro imobiliário do município. Como tais serviços eram tidos como etapas preliminares de um plano de urbanização, a notícia acima dá a entender que o plano estava começando a ser elaborado, apesar de não oferecer maiores detalhes. Mas, a partir de março de 1943, raros foram as notícias e documentos encontrados sobre uma possível continuidade do plano ou sobre uma formalização definitiva entre o poder público e o Escritório Coimbra Bueno. Encontrei apenas duas pequenas notas no periódico local “Pequena Ilustração” (1943 e 1944),<sup>33</sup> mencionando a necessidade da Prefeitura realizar um empréstimo para pagar os serviços de elaboração da planta cadastral e do cadastro imobiliário, o que me leva a crer que tal serviço ainda não havia sido concluído em maio de 1944. E ainda, não esclarece se de fato já existia um contrato firmado entre a Prefeitura e o Escritório Coimbra Bueno.

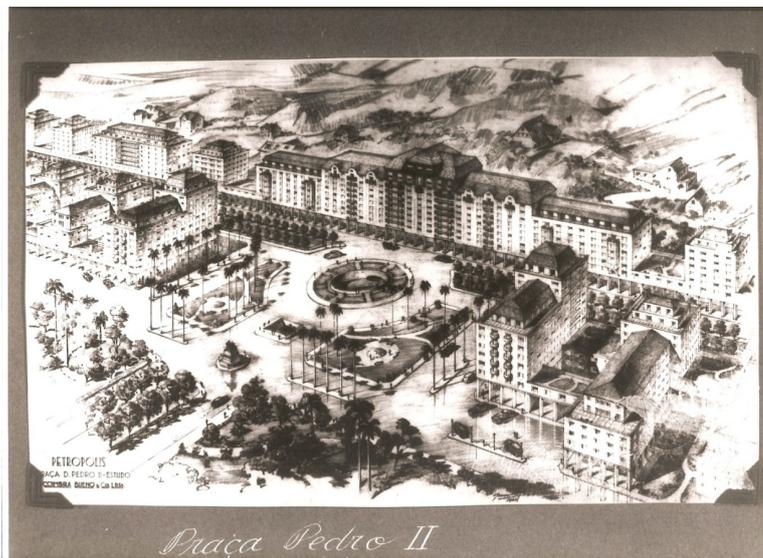
Apesar dessa imprecisão quanto a contratação ou não do Escritório, assim como a incerteza se de fato existiu um documento final que sistematizasse tal plano, algumas imagens atribuídas ao mesmo foram localizadas em diferentes meios. Uma delas, denominadas de “Praça D. Pedro II -

<sup>32</sup> PETRÓPOLIS e sua administração atual. In: REVISTA A NOITE ILUSTRADA. (Edição Comemorativa do Centenário de Petrópolis); N. 739; Rio de Janeiro, 4 de maio de 1943, p. 37.

<sup>33</sup> REVISTA PEQUENA ILLUSTRACÃO. Ano XIII; N. 634. Petrópolis, 14 de novembro de 1943, p. 3 e REVISTA PEQUENA ILLUSTRACÃO. Ano XIII; N. 661. Petrópolis, 21 de maio de 1944, p. 3.

Estudo” assinada pelo Escritório Coimbra Bueno e amplamente reproduzidas por diferentes meios de comunicação durante o ano de 1942, sugerem uma abrangente proposta de remodelação viária, paisagística, arquitetônica e urbanística da região da praça central da cidade - denominada ainda hoje de Praça D. Pedro II, conforme representadas abaixo:

*Figura 1: Praça D. Pedro II – Estudo (Coimbra Bueno Cia. Ltda.)*



*Fonte: Arquivo LDUB/UFF*

Observado o levantamento documental, não fica evidente a contratação do escritório Coimbra Bueno pelo poder público para elaborar o plano petropolitano, diferentemente do que Azevedo (2012) apresenta para outros municípios fluminenses como Araruama e São João da Barra com sua estação balneária de Atafona, onde a autora localizou os contratos firmados entre o escritório e o Governo do Estado. Neste sentido, a própria existência de um plano de urbanização para Petrópolis no período ainda é questionável.

O que chamo atenção aqui é que, independente de um plano ter sido publicizado ou não, algumas dessas propostas serviram como diretrizes para o desenvolvimento urbano petropolitano nos anos posteriores, quando parte delas se concretizaram. Procurarei, a partir dos documentos apresentados, sistematizar as principais ideias e propostas apresentadas pelo Escritório Coimbra Bueno, para em seguida enfatizar o aspecto turístico que ela traz.

### **Apresentação e análise das propostas**

De antemão, percebi uma profunda semelhança e complementaridade entre o Plano que Agache elaborou para a cidade do Rio de Janeiro e as propostas da firma Coimbra Bueno para Petrópolis, mesmo que embrionárias, dispersas e pouco detalhadas se comparadas às 426 páginas publicadas de estudos, diagnósticos, proposições, mapas e modelos do plano carioca. A semelhança primeira que se percebe entre ambos é sobre o ponto de vista teórico e metodológico. Os dois estudos são marcados pelo aspecto funcional expresso nos discursos e nas ações, onde o plano diretor como método e o zoneamento como instrumento são norteadores em ambas as propostas. O ordenamento proposto para Petrópolis utilizará tanto do zoneamento (*zoning*) como de outros instrumentos legais. Os principais documentos localizados demonstram a intenção de dividir a

cidade em zonas especializadas, cada uma com um regulamento próprio, estabelecendo assim uma disciplina funcional sobre a ordem urbanística. A fala de Agache ilustra bem essa ideia:

(...) remodelação e transformação dos centros especializados – do comercial, com o seu mercado e suas estações férreas e rodoviárias; dos sociais e recreativos com as suas sedes e clubs, do centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado e, finalmente, dos centros residencial e aristocrático, bem como do quarteirão destinado à localização das indústrias. (...) Para a perfeita execução do plano (...) torna-se de capital importância por em prática em cada um desses centros ou bairros uma disciplina arquitetônica diferente, de modo a corresponder à estética e aos fins de cada um<sup>34</sup>.

Assim como o Plano Agache para a cidade do Rio de Janeiro, as propostas para Petrópolis se resumem em três dimensões básicas que seriam: remodelação, extensão e embelezamento, conforme Agache sintetizará:

Essa alteração, para melhor, da fisionomia urbanística de Petrópolis, pode ser dividida em três partes essenciais, cuja execução requer harmonia e disciplina para a maior beleza do conjunto. Resumindo, essas partes são as seguintes: remodelação do centro comercial, orientação prévia para o seu desenvolvimento futuro horizontal e vertical e, finalmente, embelezamento geral com a criação de novos parques, jardins e avenidas com divisão própria para veículos, cavaleiros e pedestres<sup>35</sup>.

Durante a descrição das propostas para Petrópolis, Agache deixa claro a sua intenção de inserir Petrópolis como subúrbio “elegante” da Capital Federal em moldes próximos que Versalhes representava para Paris. A passagem a seguir é emblemática nesse aspecto:

Petrópolis pela sua situação e pelos seus aspectos característicos, está destinada a representar para o Rio o mesmo papel que Versalhes desempenha para a vida parisiense. Cidade elegante e dispondo de clima e ambiente dos mais convidativos para confirmar sua fama de centro preferido e de fácil acesso dos que fogem do calor e da agitação da metrópole, Petrópolis, analisada dentro do sentido da moderna técnica urbanística, tem “charme” e tem defeitos. Pode ser comparada a uma criança bem bonita, mas impedida de crescer para impedir os efeitos da própria beleza. Para acompanhar o progresso e por-se em nível com as exigências do notável desenvolvimento da capital brasileira, que lhe fica próxima, a linda cidade serrana reclama, agora, alguns retoques na sua fisionomia tradicional e histórica.

Esta passagem também elucida uma característica marcante nos projetos de Agache: a valorização de aspectos históricos. Como já mencionado no início do capítulo, a ideia de contemplar Petrópolis com um plano de urbanização estaria inserida no âmbito das comemorações do centenário do município. No epicentro dos preparativos das festividades, organizadas por um grupo de traços conservadores, estava a retomada e a valorização das memórias tradicionais locais. Certamente o plano a ser elaborado deveria estar em sintonia com esse aspecto. Tanto Agache em suas entrevistas como os documentos emitidos pelo escritório Coimbra Bueno evidenciam esta preocupação. Isso é observado, por exemplo, em entrevista concedida no ano de 1941 - ainda no

<sup>34</sup> A FISIONOMIA URBANÍSTICA DE PETRÓPOLIS: o plano que o professor Agache elaborou para a “Cidade das Hortências” – Os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 2.

<sup>35</sup> Ibid, p. 2.

início dos trabalhos - onde Agache solicita ao poder público municipal “documentos descritivos da fundação de Petrópolis e sua evolução para servirem de base no tocante as tradições locais”<sup>36</sup> ou ao final da citação que demonstrei no parágrafo anterior, onde o urbanista cautelosamente menciona a necessidade de se realizar em Petrópolis “alguns retoques na sua fisionomia tradicional e histórica”, subentendendo a preocupação com o ordenamento urbano passado, do seu conjunto arquitetônico e paisagístico, ou mesmo do culto e da valorização das chamadas “tradições” locais, ao mesmo tempo em que sugere adaptações aos novos tempos.

Com isso, as propostas não apresentam uma ruptura brusca na fisionomia urbana petropolitana. A própria sugestão quanto ao zoneamento traz a seguinte frase: “tendo em vista o zoneamento já existente” (COIMBRA BUENO, 1941), o que me leva a crer que o escritório pretende seguir, e possivelmente atualizar, os instrumentos já em vigor no município, em vez de propor uma ruptura aos mesmos.

Outra característica marcante exposta nos documentos é o contraste das atividades funcionais existentes em Petrópolis, colocando em xeque a dicotomia entre a industrialização e o turismo. Esta característica fica ainda mais clara no primeiro item do “Diagnóstico da cidade de Petrópolis” apresentado na proposta preliminar definindo as seguintes “funções principais da cidade”:

- a) Descanso e veraneio (cidade jardim); b) Parque industrial; c) Capital Provisória da República; d) Turismo (COIMBRA BUENO, 1941, p. 06).

Em seguida, os urbanistas proclamam o seguinte diagnóstico:

As funções de cidade de descanso e parque industrial são antagônicas. Isso deve ser objeto de cuidadosos estudos (zoneamento, regulamentação, tráfego) (Ibid.)

Vários aspectos podem ser analisados a partir desta definição dada pelo escritório Coimbra Bueno. O primeiro é a clara inserção de Petrópolis no cenário regional, com uma nítida relação de influência e de interdependência com a capital federal. O segundo é que dentre as quatro funções previamente definidas, três delas estão interligadas com o aspecto turístico - descanso e veraneio, capital provisória da república e turismo - enquanto a função de parque industrial apresenta-se mais deslocada e até mesmo negativa nesse cenário. Neste momento o zoneamento aparece como alternativa possível para disciplinar tal antagonismo:

São duas funções cuja vizinhança é antagônica e que poderão se tornar incompatíveis e comprometer o futuro da cidade, se não houver um planejamento racional. Só o zoneamento poderá resolver esse grave problema, com o melhor aproveitamento das áreas. Embora já um pouco tarde, é ainda tempo de estabelecer-se uma disciplina entre essas atividades funcionais contrastantes, provendo e prevendo o crescimento de cada uma delas<sup>37</sup>.

Apesar da dicotomia e da importância da industrialização para a cidade, os discursos demonstram maior ênfase nos aspectos que dinamizariam a atividade turística, enquanto a industrialização já aparece com um tom de “problema”, mas passível de ser disciplinado, afastado e controlado. Isso será observado no elevado destaque dado tanto aos melhoramentos e embelezamentos estéticos

<sup>36</sup> REMODELAÇÃO imediata de Petrópolis. *O Globo*, 22 de Janeiro de 1941, matutino, geral, p. 02.

<sup>37</sup> Texto extraído da reportagem: PETRÓPOLIS e seu grandioso Plano de Urbanização, Extensão e Embelezamento. *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1942, p. 15.

assim como aos aspectos ligados à circulação e tráfego. É interessante perceber que questões estéticas e de tráfego aparecem lado a lado, numa clara referência de complementaridade. Ou seja, funcionalidade e embelezamento aparecem aliados nas propostas. Entre os seis principais melhoramentos apresentados para a cidade, quase todos estão ligados a estas duas áreas. Conforme Agache:

1º: melhorar e embelezar os trechos de saída e entrada da cidade; 2º: a abertura de uma avenida de contorno, de modo a evitar a travessia pelo centro urbano dos ônibus, caminhões e outros veículos destinados no tráfego rodoviário que passam por Petrópolis; 3º: abertura de várias estradas panorâmicas, ligando entre si os “talwegs” de serventia individual; 4º: retificação e alargamento, quando necessário, do leito dos rios para evitar inundações sempre possíveis; 5º: criar jardins, parques e praças de sports para crianças e adultos e demarcar zonas florestais para a manutenção de bosques e zonas de retiro; 6º: remodelação e transformação dos centros especializados – do comercial, com o seu mercado e suas estações férreas e rodoviárias; dos sociais e recreativos com as suas sedes e clubs, do centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado e, finalmente, dos centros residencial e aristocrático, bem como do quarteirão destinado à localização das indústrias<sup>38</sup>.

Tais propostas de melhoramentos e embelezamentos estão intimamente ligados ao interesse de “turistificar” o espaço petropolitano. A primeira proposta, relacionada às entradas e saídas da cidade, possui uma grande similaridade com a “Porta de Entrada do Brasil”, um dos principais projetos de Agache para o plano do Distrito Federal e que tinha um objetivo tanto cívico como turístico, pois serviria para melhorar a primeira impressão dos visitantes estrangeiros que chegassem tanto à cidade quanto ao país. A diferença é que na cidade do Rio se daria por via marítima e em Petrópolis por via terrestre.

Os segundo e terceiro melhoramentos propostos, se referem às questões viárias. Tais melhoramentos possuíam múltiplas funções como melhorar a circulação, desafogar o fluxo de veículos e ao mesmo tempo, proporcionar a abertura de novas vias compostas de uma estética paisagística que também teria fins turísticos. Nesse período, os veículos que se deslocavam da cidade do Rio de Janeiro em direção à Juiz de Fora tinham necessariamente que passar por dentro da cidade de Petrópolis, pois não existia uma ligação direta entre as rodovias Rio - Petrópolis e a União Indústria (Petrópolis - Juiz de Fora), o que gerava um elevado fluxo de veículos rodoviários nas vias centrais da cidade. A “avenida de contorno” proposta visava fazer esta ligação direta entre ambas rodovias por fora do perímetro urbano, diminuindo assim o fluxo de veículos no centro da cidade. Além disso, a progressiva demanda por automóveis que o já mencionado “rodoviarismo” incentivava, acompanhada do encerramento da concessão dos bondes que tornou exclusivo o modal rodoviário coletivo, exigiram a abertura de novos espaços dentro das vias de circulação da cidade, o que acentuaram a necessidade de reestruturação viária. O projeto proposto na Figura 1 sugere o alargamento de algumas vias existentes, a abertura de novos logradouros, a construção de novas pontes e canalizações parcial de rios, além de uma completa reestruturação viária do cruzamento central da cidade. Isso tudo acompanhado de uma ampla reconfiguração estética e paisagística das praças, jardins e até mesmo a redefinição arquitetônica das edificações do entorno.

<sup>38</sup> A FISIONOMIA URBANÍSTICA DE PETRÓPOLIS: o plano que o professor Agache elaborou para a “Cidade das Hortências” – os diferentes bairros – Novas avenidas, parques e jardins – Tornando o belo mais bonito ainda. Jornal **A Noite**. Rio de Janeiro, 04 de Março de 1942, p. 2.

Com o quinto melhoramento, de demarcação de áreas recreativas assim como de criação de jardins e parques, Agache atribui grande parte desse papel ao novo complexo que estava sendo construído na região do bairro Quitandinha, que ele chamaria de “centro recreativo”. Na mesma entrevista, Agache realizaria a seguinte descrição do complexo:

Quitandinha, centro recreativo: Numa das últimas visitas que fiz a Petrópolis tive a oportunidade de percorrer a importante obra que está sendo feita em Quitandinha. O notável centro recreativo que ali está sendo ultimado segundo os projetos do extenso programa de valorização turística elaborado pelo governo do Estado do Rio, representa uma iniciativa de grande vulto e que eu, como especializado em trabalhos desse gênero, considero realmente ousada, considerando os detalhes monumentais do magnífico conjunto. Analisando essa obra dentro dos planos urbanísticos reclamados pela linda cidade petropolitana, não tenho dúvida em considerá-la digna de apreciação como fator de beleza e importância para acentuar adequadamente a futura feição metropolitana de Petrópolis, bem como motivo precioso para que seja localizada em Quitandinha a zona recreativa de preferência, não só dos petropolitanos, como dos milhares de veranistas, procedentes do Brasil e do exterior, que concentrarão, ali, naqueles lindos recantos de serra, tudo quanto precisam para alegria dos olhos, do corpo e do espírito. (AGACHE, 1942, p. 2)

Essa afirmativa demonstra que ambas as iniciativas, o plano de urbanização para Petrópolis e o plano para o Complexo Quitandinha aparentavam um estreito diálogo naquele instante. Mas é válido lembrar que, num primeiro momento, a construção e urbanização do Complexo Quitandinha e a elaboração do Plano de Urbanização para Petrópolis apresentaram-se como iniciativas independentes e que se aproximaram ao longo do ano de 1942. Isso pode ser notado em vários documentos que localizei. Em um parecer emitido pelo Departamento de Municipalidades do Governo do Estado sobre as negociações envolvendo a contratação da firma Coimbra Bueno para a elaboração do Plano para Petrópolis, encontrei a seguinte indicação:

É interessante, a nosso ver, para a Municipalidade de Petrópolis, a proposta de “Coimbra Bueno & Cia.” para o plano e execução dos melhoramentos da cidade. Lembramos que será necessário, no plano a ser elaborado, levar em consideração, na parte relativa ao novo bairro da Quitandinha e suas adjacências, que foi objeto de estudo especial, o projeto de urbanização, de autoria do professor Saboya Ribeiro, já aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Interventor Federal, devendo haver perfeito entrosamento entre os dois projetos<sup>39</sup>.

O sexto e último melhoramento sintetiza que a cidade deveria ser ordenada através de um detalhado zoneamento. Como este aspecto já foi discutido, destacarei o elevado apelo cívico expresso nas reformulações propostas. Além dos alargamentos de avenidas centrais, que à época eram também concebidos para receber eventos cívicos e desfiles militares, a reformulação da Praça D. Pedro II parece ter sido pensada como um conjunto paisagístico que complementava a transformação em curso da antiga residência do imperador em Museu Imperial. Apesar de Agache não detalhar onde seria localizado o “centro cívico que deve compreender os edifícios públicos, palácios do Governo, da Prefeitura e outros destinados às diferentes secretarias de Estado” é possível que os mesmos estivessem localizados nos edifícios projetados no entorno daquela Praça.

<sup>39</sup> Fonte: Arquivo Histórico de Petrópolis. ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Departamento de Municipalidades. **Parecer sobre a proposta da firma Coimbra Bueno e Cia. para elaboração do Plano de Urbanização da Cidade de Petrópolis.** Processo nº 391/42. Niterói, 10/03/1942.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Independentemente de ter existido ou não um “Plano Agache” ou um “Plano Coimbra Bueno” para Petrópolis é notório que um conjunto de ideias debatidas para a sua elaboração através de projetos, croquis e de conferências, tomou corpo e, pelo menos em parte, foram implementadas através dos anos, como: a) o zoneamento como instrumento central de ordenamento territorial do município; b) os melhoramentos, embelezamentos e reestruturação viária da região central da cidade; c) a abertura da avenida de contorno; d) a melhoria e o embelezamento dos trechos de entrada e saída da cidade; e) a criação e a requalificação de jardins, parques e praças, e a delimitação de áreas de preservação ambiental.

Percebi que este conjunto de propostas e concepções alinhadas com outras ações empreendidas no período, como a construção do Complexo Quitandinha e a inauguração do Museu Imperial, ressaltaram a atividade turística da cidade que se tornou vigorosa com o passar dos anos.

Corroborando com o raciocínio de Cruz (2006, p. 339) de que “a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica” acredito que a atratividade turística de Petrópolis pode se consolidar a partir do Estado Novo favorecida pela conjuntura econômica e política vigente. Esta construção se deu por grupos de interesses específicos que “planejaram” esta “atratividade” para a cidade. Ou seja: não foi feita por acaso ou de forma desordenada.

Por fim, acredito que o impasse ocorrido entre Agache e o CREA pode ser a resposta sobre os imprecisos dados sobre a atuação do urbanista francês no Brasil a partir de então, pois aparentemente ele esteve proibido, pelo menos por algum período, de assinar projetos no país. É possível que tal evento tenha silenciado a verdadeira atuação do urbanista no país nas décadas posteriores.

## REFERÊNCIAS

- AGACHE, Donat Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento*. Paris: Foyer Brésilien, 1930.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. O espaço fluminense e a intervenção urbana no Estado Novo. In: Vera F. Rezende. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: A transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da UFF, Intertexto, 2012, p. 177-196.
- AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de; COSTA, Milena Sampaio. O Urbanismo do Início do século XX: A Escola Francesa de Urbanismo e suas repercussões no Brasil: Trajetórias de Alfred Agache e Attilio Correa Lima. *Urbana - Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos da Cidade*, Campinas, v. 5, n.7, p. 64-97, 2013.
- BERDOULAY, Vincent. Modernismo e espaço público: o Plano Agache do Rio de Janeiro. *Revista Território*. Rio de Janeiro, Ano VII, nº 11, 12 e 13, p. 123-132, set./out., 2003.
- CORDEIRO, Caio Nogueira Hosannah. A reforma Lucio Costa e o Ensino da Arquitetura e do Urbanismo da ENBA à FNA (1931-1946). In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. João Pessoa, 2012. *Anais Eletrônicos*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo*. CLACSO, San Pablo, p. 337-350, 2006.
- DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Planejamento Urbano e Turismo no Estado Novo (1937-1945): Reflexões a partir da cidade de Petrópolis (RJ). Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.
- DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999, p. 21-38.
- FARIA, Rodrigo Santos de. José de Oliveira Reis, o historiógrafo e seus diálogos com Armando de Godoy: entre Agache e Le Corbusier, a ação da engenharia brasileira na construção intelectual do processo de institucionalização do Urbanismo. In: XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano E Regional, Belém, 21 a 25 de maio de 2007. *Anais do XII ENANPUR*. Belém, 2007. 21 f.
- FELDMAN, Sarah. O Urbanismo que exige a vida moderna. In: XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2010, Vitória. *Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. UFES, 2010, p. 01-18.
- FERNANDES, Ana. Urbanismo como política (1930-1945): formulações e experiências. In: Vera Rezende. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2012, p. 45-69.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- MACHADO, Marcello de Barros Tomé. A formação do Espaço Turístico do Rio de Janeiro. In: BARTHOLO, R. DELAMARO, M. BADIN, L. (orgs.). *Turismo e Sustentabilidade no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 44-80.
- MOREIRA, Fernando Diniz. Urbanismo e Modernidade: reflexões em torno do plano Agache para o Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. v. 9, n. 2, p. 95-116, novembro de 2007.
- MOREIRA, Regina da Luz. "... e o Interventor desembarca em Niterói": Amaral Peixoto e o Estado do Rio de Janeiro nos álbuns fotográficos de D. Alzira. In: CÔRTE, Andréa Telo da. (Org.). *Amaral Peixoto: história, memória, política*. Niterói, FUNARJ/Imprensa Oficial, 2012.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. Circulação de ideias e academicismo: os projetos urbanos para as capitais do Cone Sul, entre 1920 e 1940. GOMES, Maaf. (org.) *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em SciELO Books: <<http://books.scielo.org>>.
- REZENDE, Vera. L. F. M. A Era Vargas, o planejamento de cidades e a circulação de ideias: um olhar a partir do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Urbanismo na Era*

*Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto / Editora da UFF, 2012b, p. 71-118.

\_\_\_\_\_. O Urbanismo na Era Vargas: uma introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Urbanismo na Era Vargas: a transformação das cidades brasileiras*. Niterói: Intertexto / Editora da UFF, 2012a, p. 09-19.

\_\_\_\_\_. *Planejamento Urbano e Ideologia: quatro planos para a Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 130p.

SILVA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil *in*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (Org.). *Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 397-410.

SOARES, Aracy. O turismo sobre o ponto de vista urbanístico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE URBANISMO, Primeiro. 1941, Rio de Janeiro. *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo*. Centro Carioca, Rio de Janeiro, 1941.

UNDERWOOD (1991), Alfred Agache, French Sociology, and Modern Urbanism in France and Brazil. *Journal of the Society of Architectural Historians*, Vol. 50, No. 2, University of California Press, pp.130-166, Jun. 1991. Disponível em: [http://www.jstor.org/stable/990590?seq=1&cid=pdf-reference#references\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/990590?seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents) . Acesso em: 27/05/2016.